



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

18010 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR E SABERES TRADICIONAIS NA BAHIA COMO EXPERIÊNCIA DE ETNODESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES INICIAIS

Dandara Lopes Correia - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

TÍTULO DO ARTIGO: PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO POPULAR E SABERES TRADICIONAIS NA BAHIA COMO EXPERIÊNCIA DE ETNODESENVOLVIMENTO: REFLEXÕES INICIAIS

Resumo: A pesquisa aqui apresentada fundamenta-se em um estudo de mestrado em andamento, que busca abordar as categorias Saberes Tradicionais, Educação Popular e Etnodesenvolvimento e tem como um dos objetivos descrever e sistematizar as práticas sociais de ensino e aprendizagem que são utilizadas como estratégias e métodos para promover a aprendizagem efetiva para jovens, adultos e idosos da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu. O estudo está situado no espaço não formal de produção de conhecimento, sob o olhar das relações étnico-raciais e abordagem do campo do trabalho, geração de renda e meio ambiente. A pesquisa conta com um conjunto de conceitos com enfoque decolonial objetivando romper com paradigmas opressores e caminhar para preservação de memórias e identidades dos sujeitos protagonistas das ações contínuas da cooperativa e que representam a memória viva das sociedades tradicionais africanas e salvaguardam a afrodescendência brasileira. A partir da experiência da cooperativa que compõe uma rede de núcleos produtivos, com um significativo potencial produtivo baseado nos patrimônios imateriais e materiais, resguardados de forma a assegurar a ocupação territorial e a utilização dos recursos naturais locais. Se faz necessário na pesquisa abordar princípios de autonomia e liberdade, a partir das categorias estudadas reconhecendo os aspectos culturais próprios e conhecimentos herdados de ancestrais, ligados às atividades produtivas e que promovam a difusão de conhecimento e desenvolvimento local sustentável. Conclui que realizar estudos como este, pode ser utilizado para levantar dados qualitativos para criação e implementação de Políticas Públicas na Bahia.

Palavras-Chave: Educação; Etnodesenvolvimento; Saberes Tradicionais; Educação Popular; Povos e Comunidades Tradicionais.

1 INTRODUÇÃO

Os povos e comunidades tradicionais na Bahia, assim como no Brasil, tem uma história marcada pela falta de acesso a políticas públicas que promovam a inclusão produtiva e a valorização cultural, em razão do sistema colonial instituído no Brasil que ceifou vidas e registros culturais importantes. Reconhecer, fortalecer e lançar luz a estudos que consideram os modos de organização social destes sujeitos possibilita a disseminação da temática dentro e fora do ambiente acadêmico, valoriza os saberes tradicionais e promove a preservação da memória dessas comunidades.

O estudo tem como lócus as práticas educativas para jovens, adultos e idosos da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu, que existe há 20 anos, se organizam em coordenações regionais, envolvendo Povos de Terreiro, Comunidades Quilombolas, Povos Indígenas e Marisqueiras, Rezadeiras, Benzedeiras, distribuídas na Bahia nos territórios de identidade Região Metropolitana de Salvador (São Francisco do Conde e Salvador), Recôncavo (Cachoeira e São Félix), Sertão do São Francisco (Juazeiro) e Piemonte Norte de Itapicuru (Senhor do Bonfim). A cooperativa é vinculada a Associação Nacional de Patrimônio Bantu (ACBANTU), uma organização da Sociedade Civil que desempenha um papel importante na preservação e promoção da cultura afrodescendente no Brasil, buscando a promoção de direitos para povos e comunidades tradicionais. Surgiu há 24 anos atrás e já contribuiu para visibilizar a história e as tradições dos povos Bantu, contribuindo significativamente para o reconhecimento e a valorização do patrimônio cultural imaterial afro-brasileiro. A Associação Nacional de Patrimônio Bantu (ACBANTU), atua em 17 estados do Brasil: Bahia, Ceará, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Piauí (Região Nordeste); Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia (Região Norte); Brasília – DF, Goiás (Região Centro Oeste); Minas

Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo; Região Sul: Rio Grande do Sul (Região Sudeste).

É possível perceber diante das realidades vivenciadas na instituição, como as práticas sociais e educativas para jovens, adultos e idosos podem ser fundamentais para o fortalecimento comunitário e a preservação da memória e identidade dos povos e comunidades tradicionais que estão direta e indiretamente envolvidos com ações que promovam os saberes e fazeres locais, preservação da cultura, contribuindo para um desenvolvimento sustentável, geração de renda e autonomia.

As reflexões iniciais neste resumo expandido traz a tona as categorias Educação Popular, Saberes Tradicionais e Etnodesenvolvimento para percorrer caminhos que trarão a partir desse olhar a descrição e sistematização das práticas sociais de ensino e aprendizagem que são utilizadas como estratégias e métodos para promover a aprendizagem efetiva para jovens, adultos e idosos da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu. As especificidades dos segmentos de povos e comunidades tradicionais envolvidos e protagonizando a pesquisa realizam ações de inclusão produtiva e econômica, considerando aspectos críticos em relação ao campo do trabalho e meio ambiente, congruente com o campo de concentração da pesquisa do mestrado. Estas ações são fundamentais para o desenvolvimento social e econômico dessas comunidades que representam a memória viva das sociedades tradicionais africanas e salvaguardam a afrodescendência brasileira. A pesquisa conta com um conjunto de conceitos com enfoque decolonial objetivando romper com paradigmas opressores e caminhar para preservação de memórias e identidades dos sujeitos protagonistas das ações contínuas da cooperativa.

2 DESENVOLVIMENTO

Para Schneider (2003), a educação e a capacitação são indispensáveis em qualquer instituição, mas nas cooperativas são questões de sobrevivência. A educação é um dos pilares do cooperativismo e é essencial para fortalecer os princípios de solidariedade e ajuda mútua. Por meio da capacitação contínua, os

membros da cooperativa podem não somente desenvolver a comercialização, mas também contribuir para trocas significativas. Este processo educativo permite que as cooperativas mantenham sua identidade e resistam à pressão do modelo competitivo predominante no mercado, promovendo um modelo econômico mais inclusivo e sustentável.

Na perspectiva decolonial, práticas de emancipação em prol de um modelo de desenvolvimento sustentável viável, considerando identidade cultural, saberes tradicionais e preservação do território tradicional vem ocorrendo na atuação das mulheres e homens envolvidos nas iniciativas da cooperativa. Esta vivência passada de geração para geração como forma de vida dos povos e comunidades tradicionais, que traz uma abordagem em desacordo com o modelo capitalista neoliberal é intitulado de Etnodesenvolvimento. De acordo com Batalla (1982) etnodesenvolvimento é o exercício da capacidade social dos povos indígenas para construir seu futuro, aproveitando suas experiências históricas e os recursos reais e potenciais de sua cultura, de acordo com projetos definidos segundo seus próprios valores e aspirações.

O etnodesenvolvimento surge como uma resposta crítica aos modelos de desenvolvimento que ignoram as necessidades e valores de comunidades locais. E sua perspectiva enfatiza a existência de características fundamentais, como: a) autogestão comunitária e a autonomia na defesa de seus interesses; b) valorização da cultura, saberes e fazeres tradicionais (formação com base na própria cultura); c) cooperação e a confiança entre os membros; e d) promoção de bem-estar e o empoderamento das comunidades. (Ministério do Turismo, 2023)

O saber fazer da cooperativa é uma oportunidade de fortalecimento das ações buscando examinar memórias, práticas tradicionais, costumes que são essenciais na prática e na trajetória das pessoas que fazem parte do grupo produtivo, realizando ações que envolvem processos de ensino e aprendizagem baseados na educação popular, uma modalidade de pensamento, de prática

pedagógica e de ação política dela derivada, dirigida às/pelas classes populares e devotada a participar de processos em que elas se tornam protagonistas de transformações sociais (BRANDÃO, 2021). Em se tratando dos sujeitos de grupos étnicos que possuem um potencial para impulsionar redes que reforcem a capacidade de articulação, conhecimentos e habilidades para transformar realidades, enfatizar a autonomia e a capacitação técnica, une a preservação, e também a valorização dos patrimônios materiais e imateriais desses grupos.

As transformações sociais e econômicas, no Brasil, a exemplo da proposta de Cooperativismo, com a ideia de organização social e econômica que visa à cooperação, solidariedade e fortalecimento dentro da perspectiva coletiva, vêm contribuindo para fomento a iniciativas, cooperativas e associativas. Mas, observa-se que a maior parte dos grupos produtivos, principalmente formados por povos e comunidades tradicionais, vivenciam dificuldade de acesso às políticas públicas específicas que promovam a efetiva valorização do modo de vida, considerando aspectos como a transmissão de conhecimentos através da educação.

Importante reconhecer que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) se organizou a partir dos movimentos sociais, garantindo direito à educação para populações historicamente excluídas. Autores como Gadotti (2011) e Arroyo (2017) reforçam as políticas que promovam a EJA contextualizando a educação não formal, na perspectiva de valorizar os aspectos culturais e históricos dos sujeitos no processo educativo.

Segundo Quijano (2005), faz-se necessário o rompimento de práticas que permeiam o racismo institucional e estrutural no Brasil. E as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais desenvolvidas na Cooperativa promovem a efetividade da inclusão produtiva e a valorização das culturas locais. Estas práticas permeiam temáticas como: Oficinas sobre os patrimônios culturais das comunidades; Oficinas sobre o Patrimônio Cultural Linguístico Bantu; Oficinas com foco em gestão administrativa e financeira; Oficinas com foco em gestão comercial; Oficinas com foco em gestão estratégica e sustentabilidade; Intercâmbios culturais

e troca de experiências; Eco intercâmbios; Oficina de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; Oficinas de saberes e fazeres tradicionais: bordado, culinária, artesanato, habilidades tradicionais e Oficinas sobre finanças solidárias.

Todo o trabalho desenvolvido pelas mulheres é realizado com princípios básicos de trabalho digno e geração de renda coletiva, através de ações voltadas à Agricultura Familiar Agroecológica e Orgânica, Gastronomia Afro – Alimentação, Extrativismo, Confeção, Artesanato e Formação Cultural. Conforme Diegues e Arruda (2001 p. 18) na perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria. A prática educativa, neste contexto torna-se, assim, um ato de conhecimento compartilhado, onde toda equipe aprende junto, numa troca de saberes tradicionais envolvendo práticas cotidianas e conhecimentos ancestrais.

A educação é um campo vasto e multifacetado, que se estende muito além do ambiente escolar tradicional. A educação não formal ou não escolar desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e comunitário. Autores como Paulo Freire (1989), Humberto Maturana (1999), Maria da Gloria Gohn (2005), afirmam a compreensão de que a educação está para além dos muros da escola e, nessa perspectiva, ressalta-se a convicção de que a educação escolar traz consigo a sua complementaridade: a educação não escolar.

Diante desse contexto, é importante ressaltar a importância da educação popular. Que na perspectiva de Paulo Freire (2006) é feita com o povo, com os oprimidos ou com as classes populares, a partir de uma determinada concepção de educação: a educação libertadora, que é ao mesmo tempo gnoseológica, política, ética e estética. Os saberes tradicionais representados nestas práticas de educação são essenciais para gerar impactos sociais a médio e longo prazo para os sujeitos envolvidos nesta pesquisa. De acordo com Diegues (2000) os saberes tradicionais se caracterizam como conjunto de informações, conhecimentos e práticas oriundos

de grupos sociais e comunitários transmitidos por gerações e representados por meio de valores, técnicas, costumes e experiências vivenciados na práxis social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem conceitual das três categorias de estudo são de suma importância para a pesquisa em andamento para o mestrado por se tornar um alicerce para investigar como as práticas sociais de educação popular e saberes tradicionais da Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu estão estruturadas de forma a se constituir como estratégias de sobrevivência e modo de vida contra hegemônicos, tendo em vista que estes elementos levam em consideração a especificidade dos segmentos de povos e comunidades que compõem a cooperativa, considerando o modo de vida e organização social destes grupos culturais que possuem necessidade de garantia de direitos, proteção e respeito. A educação popular vai tratar de práticas emancipatórias, que busca combater as desigualdades, através de transformação político-social, com o protagonismo do povo, com a sua voz e voltada para fortalecer essas vozes. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) como modalidade de ensino que carrega uma identidade própria, com sujeitos historicamente oprimidos, que possuem potencial de vivências, saberes próprios e conhecimentos ricos em saber e fazer.

Este trabalho caminha a perspectiva de gerar um impacto importante sobre o desenvolvimento das práticas, contribuindo para melhoria no processo de fortalecimento das ações e projetos na Cooperativa de Etnodesenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais Kitaanda Bantu, e as reflexões iniciais sobre as categorias proporciona um trilhar conceitual de temáticas diretamente ligadas ao dia a dia dos sujeitos envolvidos.

Conclui-se que o estudo aspira uma abordagem educacional que transcenda as barreiras institucionais e direcione caminhos para o desenvolvimento e valorização dos conhecimentos transmitidos oralmente através das gerações,

utilizando dessas práticas de educação popular dos povos e comunidades tradicionais. E que essas não sejam apenas reconhecidas e valorizadas, mas que sejam utilizadas como base para levantamento de dados e sistematização em prol de implementação de políticas públicas educacionais para os segmentos de povos e comunidades tradicionais, aplicando conceitos de etnodesenvolvimento em prol da autonomia dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M.G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa.** Petrópolis: Vozes, 2017.

BATALLA, Guillermo Bonfin. **El Etnodesarrollo: sus premisas jurídicas, políticas y de organización.** In: ARAVENA, Francisco Rojas (Ed.). América Latina: etnodesarrollo y etnocidio. San José de Costa Rica: FLACSO, 1982. P. 467-481.

BRANDAO, C. R. **A Educação Popular na escola,** editora vozes Petrópolis, Rj, 2006.

BRANDAO, C. R. **Lembranças e Divagações a respeito da Educação Popular.** Seção Comemorativa. Paulo Freire 100 Anos, Ensaio. Educ. Soc. 42, 2021

DIEGUES, Antônio Carlos e ARRUDA, Rinaldo S, V. (Orgs.) **Saberes Tradicionais no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente;** São Paulo: USP, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** Sabotagem, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 49ª Edição, 2005;

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José E. (orgs.) **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta.** 12.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHNEIDER, J. O. **Pressupostos da educação cooperativa: a visão de sistematizadores da doutrina do cooperativismo.** Educação cooperativa e suas práticas. Brasília: SESCOOP, 2003.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista.** Anuário Antropológico 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.